

Principais Assuntos de Auditoria: Uma Análise Comparativa dos Riscos Associados aos Processos de Auditoria nas Demonstrações Contábeis das Vinte Maiores Empresas por Valor de Mercado dos Principais Índices das Bolsas de Valores do Brasil, Inglaterra e Estados Unidos.

Aluno(a): Rafael Minozzo Dall Agnol
Orientador(a) no TCC I: Prof. Me. Fernando Andrade Pereira
Orientador(a) no TCC II: Prof. Me. Fernando Andrade Pereira
Semestre: 2020-4

Resumo

O Novo Relatório do Auditor Independente tratou de incluir os Principais Assuntos de Auditoria – PAA’s, que visa abordar o julgamento do auditor nos assuntos mais significativos na auditoria das Demonstrações Contábeis, agregando uma análise técnica muito rica para os usuários. A realização deste estudo teve por objetivo analisar os Principais Assuntos de Auditoria – PAA das 20 maiores empresas de três diferentes índices de bolsas de valores do mundo, buscando identificar os riscos associados ao investimento nessas empresas sob o ponto de vista do auditor responsável. O estudo de natureza documental, descritiva e qualitativa, ocorreu através da análise de conteúdo dos PAA’s, encontrados no Relatório do Auditor Independente, junto às Demonstrações Contábeis das companhias, dispostos em seus respectivos websites no departamento de Relacionamento com o Investidor – RI. Foram classificados e tabulados através de planilhas de Excel os dados de 60 companhias de três diferentes países, levando em consideração o principal índice de cada um dos países, a fim de mitigar o risco envolvido no investimento em ações de acordo com o Relatório do Auditor Independente e seus respectivos PAA’s. Este estudo limita-se ao objetivo acima descrito e recomenda-se a realização de novos estudos para analisar individualmente o impacto em cada um dos PAA’s que mais apareceram. Os resultados obtidos demonstram que o “*impairment*”, “provisões e contingências” e “ambiente de tecnologia” são os três PAA’s que mais foram citados nos relatórios de auditoria, desta forma, devem ser levados em consideração pelos investidores na tomada de decisão.

Palavras-chave: Principais Assuntos de Auditoria, Auditoria e Demonstrações Contábeis.

1. Introdução

Com o acesso aos investimentos em bolsa de valores ficando cada vez mais constante na sociedade, cresce a necessidade de os investidores terem acesso a informações para analisar o desempenho das companhias listadas, a veracidade e a segurança das informações, passando por itens como liquidez e a rentabilidade dessas companhias além de toda sua estrutura de capital e financeira. Necessidades como essas evidenciam e aumentam a importância dos relatórios dos auditores independentes.

Nos últimos tempos tem se tornado comum casos de fraudes em grandes empresas listadas, e o Brasil vive um momento de bastante insegurança causado por crises políticas e financeiras. Isto tem gerado uma cobrança maior quanto a ética e governança corporativa das empresas por parte do mercado de capitais, onde a governança busca um alinhamento dos interesses entre gestores e acionistas devido à delegação de poder e o desejo de maior transparência e equidade entre as partes acionárias, sejam minoritárias ou majoritárias.

De acordo com Attie (2010), o objetivo da auditoria independente é emitir opinião sobre a propriedade das demonstrações contábeis através do parecer de auditoria. Sabe-se também que a auditoria tem papel essencial na economia, com a função de trazer ao mercado uma maior transparência sobre a realidade patrimonial e a capacidade de geração de lucros das empresas.

A exigência dos stakeholders tem crescido bastante diante da necessidade de informações mais detalhadas, sendo assim, a partir de 31 de dezembro de 2016, os relatórios de auditoria passaram a apresentar uma nova formatação, com o intuito de aumentar o valor agregado do relatório do auditor independente e torna-lo mais esclarecedor e objetivo para seus usuários.

Conforme Almeida (2012), a harmonização das normas de auditoria brasileira com as normas internacionais ocorrida em 2010, obrigou todas as empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores a adotar Normas Internacionais de Contabilidade, com a *International Financial Reporting Standards* – IFRS, e, conseqüentemente, as empresas de auditoria também tiveram que adotar novas normas de auditoria independente. (MOTA et al., 2012).

Desse processo de revisão das Normas Internacionais de Contabilidade e Auditoria, surgiu o Novo Relatório do Auditor Independente, antes denominado parecer. Essas modificações do novo relatório do auditor se deram a partir da necessidade de mais transparência nas informações apresentadas ao mercado, beneficiando investidores e usuários contábeis com informações que passaram a ser de conhecimento público, ao contrário do relatório do auditor independente anterior.

O maior destaque do novo relatório é a seção “Principais Assuntos de Auditoria”, onde o auditor elege os assuntos mais relevantes, ou seja, os temas da companhia que demandam maior atenção e esforço de trabalho por parte da auditoria. Segundo a NBC TA 701, a comunicação dos principais assuntos de auditoria visa tornar o relatório de auditoria mais informativo, ao dar maior transparência sobre a auditoria realizada e fornecendo informações adicionais aos usuários das demonstrações contábeis. O estudo limita-se a identificar os PAA’s que mais apareceram dentre as empresas analisadas, desta forma, não foi aprofundado a causa de cada um deles e as prováveis conseqüências, sendo assim, estudos posteriores são aceitos e recomendados para estudar individualmente cada um dos PAA’s.

Em síntese, tudo o que for considerado importante segundo julgamento do auditor, deve ser incluído no PAA. Este artigo expõe a análise entre as vinte maiores empresas em valor de mercado dos índices Ibovespa (Brasil), S&P500 (Estados Unidos) e FTSE100 (Inglaterra).

2. Referencial Teórico

2.1 Relatório de Auditoria

Anteriormente conhecido como parecer de auditoria, o relatório do auditor independente é compreendido como a materialização final do trabalho do auditor. De acordo com a NBC TA 700 os objetivos do auditor são: construir uma opinião acerca das demonstrações contábeis tendo como base a análise das conclusões obtidas pela evidência de auditoria obtida, e demonstrar claramente sua opinião por meio de relatório por escrito.

Santos (2007), diz que o objetivo do auditor independente é emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis levando em consideração as conclusões alcançadas por meio das evidências de auditoria e posteriormente formar sua opinião por meio do relatório de auditoria, esclarecendo sua posição para a emissão da opinião.

Nesse caso, para a execução do trabalho do auditor, as demonstrações contábeis devem possibilitar suficientemente uma análise sobre a situação financeira da entidade

auditada. Essas demonstrações devem ser completas, incluindo Notas Explicativas que complementam as informações contábeis, e o relatório da administração, que permitem a análise estrutural da empresa.

Assim, o relatório de auditoria traduz uma opinião sobre a regularidade das demonstrações, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade e legislação específica. (ALVES, ANTUNES & ANTUNES, 2006).

De acordo com a NBCTA 700, para formar sua opinião, o auditor deve avaliar se obteve segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes, independente se causada por fraude ou erro. Para essa conclusão deve-se levar em consideração: (a) se, na conclusão do auditor, de acordo com o item 26 da NBC TA 330 - Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados, foi obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente; (b) se, na conclusão do auditor, de acordo com o item 11 da NBC TA 450 - Avaliação das Distorções Identificadas durante a Auditoria, distorções não corrigidas são relevantes, individualmente ou em conjunto; e (c) as avaliações exigidas pelos itens 12 a 15.

Ainda para a formação de opinião, o auditor deverá analisar se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável. Essa avaliação deve incluir a consideração dos aspectos qualitativos das políticas contábeis da entidade, incluindo indicadores de possível tendenciosidade nos julgamentos da administração. (NBCTA 700, Formação da opinião sobre as demonstrações contábeis).

Santos (2007), afirma que a estrutura do relatório do auditor independente deverá ser por escrito e apresentar título, e ser endereçado de acordo com as evidências do trabalho. Ele afirma também que o relatório do auditor deve especificar a reponsabilidade e deixar clara a opinião referente às demonstrações contábeis baseado no trabalho realizado pela auditoria.

2.2 Novo Relatório de Auditoria

Com o objetivo de atender melhor aos usuários da informação, para que o relatório do auditor fornecesse além de uma opinião de aprovação ou reprovação, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) emitiu novos requerimentos que fazem surgir o NRA – Novo Relatório do Auditor.

Dentre as mudanças ocorridas, tem-se a Comunicação com Responsáveis pela governança, atendida pela NBC TA 260. Segunda essa norma, o papel dessa alteração é manter a comunicação recíproca entre o auditor e a governança para que o trabalho de auditoria desenvolva de maneira positiva. A norma destaca ainda que embora o auditor seja responsável pela comunicação de assuntos exigidos por esta norma, a administração também tem a responsabilidade de comunicar assuntos de interesse da governança aos seus responsáveis, desse modo, a comunicação do auditor não exime a administração dessa responsabilidade. Da mesma forma, a comunicação da administração aos responsáveis pela governança de assuntos que o auditor deve comunicar não isenta o auditor da responsabilidade de também comunicá-los.

Outra alteração no NRA é a inclusão da seção “Continuidade Operacional”, que segundo a NBC TA 570 os objetivos do auditor para alcançar essa avaliação são: obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação à adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis; concluir, com base na evidência de auditoria obtida, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade; e emitir relatório de acordo com essa mesma NBC TA.

Por fim, dentre as mudanças ocorridas ao relatório do auditor, tem-se a inclusão do parágrafo dos Principais Assuntos de Auditoria – PAA, objeto de estudo desta pesquisa.

Onde, segundo a NBC TA 701, o auditor deverá determinar quais assuntos, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, exigiram atenção significativa na realização da auditoria.

Entende-se que as mudanças citadas, tendem a contribuir positivamente com o relatório de auditoria, aumentando seu valor agregado e tornando-o mais proveitoso para os usuários da informação. Isso porque ele apresentará informações antes desconhecidas, e que serão complementares aos dados financeiros das companhias, aumentando assim a transparência a utilidade aos usuários da informação.

2.3 Principais Assuntos de Auditoria

A inclusão do parágrafo de Principais Assuntos de Auditoria foi uma das mudanças que contribuíram para o NRA. De acordo com a NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente, a comunicação do PAA visa tornar o relatório de auditoria mais informativo, fornecendo informações adicionais que foram consideradas mais importantes na auditoria, auxiliando os usuários no entendimento acerca da entidade auditada.

A aplicabilidade da NBC TA 701 é voltada para as empresas listadas em bolsa de valores. A norma se aplica também quando o auditor é obrigado, por meio de lei ou regulamento, a comunicar os principais assuntos de auditoria em seu relatório sobre as demonstrações contábeis. O que não proíbe as demais empresas a incluírem essa aplicação em seus relatórios, pode-se dizer que a inclusão do PAA em todas as empresas, até mesmo as não listadas, virá a contribuir com uma possível padronização de relatórios, aumentando a comparabilidade.

Vale observar que a norma que abrange esse tema, determina que o assunto que deu origem à opinião modificada, ou à incerteza significativa em relação à continuidade operacional da empresa, são naturalmente um PAA. Entretanto, tais assuntos não devem ser descritos na seção “Principais Assuntos de Auditoria” do relatório do auditor, o auditor deverá então que incluir, na seção “Principais Assuntos de Auditoria”, uma referência à seção “Base para opinião com ressalva (ou adversa)” ou à seção “Incerteza significativa quanto à continuidade operacional”. Esse fator também será objeto de análise nessa pesquisa, verificando se essas empresas estão obedecendo às determinações da norma.

Caso o auditor avalie, que não existem assuntos a serem tratados como “Principais assuntos de auditoria”, ou que os únicos principais assuntos de auditoria relatados são aqueles relacionados como o assunto que deu origem à opinião modificada, ou à incerteza significativa em relação à continuidade operacional da empresa, ele deve incluir uma declaração nesse sentido em seção separada do seu relatório, sob o título “Principais assuntos de auditoria”. Esse fator também será objeto de análise nessa pesquisa, verificando se essas empresas estão obedecendo às determinações da norma.

2.4 Internacionalização da Contabilidade

A Contabilidade envolvida com uma diversidade de novos desafios que são resultados de constantes mudanças no cenário econômico mundial, como a globalização da economia, os avanços dos mercados de capitais internacionais e o aumento dos investimentos estrangeiros resultam na necessidade de utilização de normas e procedimentos que contribuam para a diminuição das diferenças nas informações contábeis entre os países (BARBOSA NETO; DIAS; PINHEIRO, 2009).

Diversas entidades e organismos internacionais foram envolvidos no processo que buscou a harmonização da Contabilidade entre os países. (NIYAMA, 2007).

De acordo com Niyama e Rodrigues (2010), que discorrem sobre o surgimento das normas internacionais de contabilidade, tratam da finalidade da harmonização mediante aos

padrões contábeis, além de colocar em pauta as diferenças apresentadas nas demonstrações financeiras. Então, foi necessária a criação de comitês internacionais, que foram responsáveis por trazerem às necessidades internacionais na “corrida econômica”. A contabilidade é essencial para o auxílio da administração para a tomada de decisões. Sendo esta responsável pela coleta de dados, fazendo a mensuração monetária, o registro e buscando evidenciar em forma de relatórios.

Portanto, a existência de organismos comprometidos com as formulações de normas internacionais de contabilidade que fossem aceitas mundialmente foi essencial para estreitar as relações entre os países a partir de 1973.

Nesse sentido, com o intuito de buscar soluções homogêneas, órgãos internacionais vêm mostrando a sua importância de harmonizar as práticas contábeis mundialmente, marcando, então, a contabilidade como a língua universal dos negócios. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2008).

O *International Accounting Standards Committee* - IASC nasceu no ano de 1973 com a ajuda de contadores de vários países, como: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Irlanda, Japão, México, Países baixos e Reino Unido (IFRS, 2014).

O IASB (*International Accounting Standard Board*), sucessor do IASC (*International Accounting Standards Committee*), é o órgão responsável pela busca da harmonização, uma de suas funções é buscar a convergências das normas contábeis a nível internacional. O IASB é um organismo independente formado por vários países, e que tem por objetivo o desenvolvimento de normas que sejam compreensíveis, e que forneçam informações que vão de encontro aos padrões da contabilidade. (LEMES; SILVA, 2007).

Baseado na constituição do IASB, Niyama e Silva (2008), apresentam como sendo os objetivos desse organismo: o desenvolvimento de um conjunto de normas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, a nível mundial, utilizando informações de alta qualidade, comparáveis, transparentes e confiáveis que auxiliem na tomada de decisões financeiras e econômicas; a promoção e aplicação de forma rígida dessas normas; e, a promoção da convergência das normas contábeis ao padrão internacional.

As normas internacionais de contabilidade recebiam o nome de IAS (*International Accounting Standards*) e, atualmente, são conhecidas como IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*). Emitidas pelo IASB, essas normas são pronunciamentos baseados em princípios e não em regras específicas (IFRS, 2008).

Quando se fala do IFRS, Madeira (2004) reforça que esses padrões emitidos pelo IASB, foram considerados uma revolução no mercado financeiro a partir de 2005. Seguindo o mesmo sentido da obra, para Carvalho, Lemes e Costa (2006, p. 19), “os IFRS ganharam uma proporção enorme quanto a sua importância, com a sua obrigatoriedade em empresas que estão na bolsa da União Europeia a partir de 2005”.

Portanto, de acordo com autores acima mencionados, são válidas as pesquisas sobre contabilidade internacional, pois o IFRS é um tema atual e relevante para os usuários da informação contábil. Para uma busca de maior teor de confiabilidade as normas buscam internacionalizar informações contábeis fundamentais para melhores demonstrações de instituições no âmbito nacional em relação suas matrizes e filiais no exterior. (MADEIRA, 2004).

O objetivo das classes contábeis é alcançar maior confiabilidade e transparência diante dos usuários, desenvolvendo informações seguras e concretas, o que justifica a harmonização das normas de Contabilidade terem se tornado de grande interesse (MARION; IUDÍCIBUS, 2006).

2.4 Normas

O IAASB divulgou o pronunciamento *International Standard on Auditing (ISA) 701*, de 17 de junho de 2016, que normatizou a nova estrutura do relatório do auditor independente, que obrigatoriamente passou a apresentar uma seção discricionária denominada KAM. No contexto brasileiro, a norma foi traduzida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que deu origem a Norma Brasileira de Contabilidade aplicada à Auditoria 701 (NBC TA). Por conseguinte, esta seção no Brasil é denominada principais assuntos de auditoria (PPA).

Nessa seção, os auditores devem divulgar assuntos ou pontos críticos identificados ao longo do trabalho de campo, que reconhecidamente sejam importantes para compreensão das demonstrações financeiras por parte dos usuários externos, além da compreensão dos próprios procedimentos executados pelos auditores.

De forma específica, a comunicação de KAM disponibilizará contribuições adicionais aos usuários das demonstrações financeiras, cujo objetivo é auxiliá-los no entendimento de assuntos que, segundo o ceticismo profissional do auditor, foram os de maior relevância (IFAC, 2016).

A ISA 701 (2016, p.2) parágrafo terceiro, dispõe:

A comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor também pode fornecer aos usuários previstos das demonstrações contábeis uma base para obtenção de informações adicionais com a administração e com os responsáveis pela governança sobre determinados assuntos relacionados à entidade, às demonstrações contábeis auditadas ou à auditoria realizada.

Entende-se que com a devida adoção da ISA 701, a comunicação de KAM auxiliará os usuários das demonstrações financeiras na devida compreensão da organização, além das áreas que envolveram julgamento significativo da administração nas demonstrações financeiras auditadas (IFAC, 2016).

A NBCTA 701 (2016, p.3) apresenta o parágrafo de KAM da seguinte forma:

[...] assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. Os principais assuntos de auditoria são selecionados entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança.

No Brasil a necessidade de se divulgar KAM entrou em vigor para auditorias de demonstrações financeiras cujo encerramento do exercício findou-se em, ou após, 31 de dezembro de 2016 (CFC, 2016). Reino Unido e Estados Unidos da América aplicam o KAM desde, respectivamente, 2013 e 2016.

Em suma, a norma forneceu uma nova estruturação do relatório do auditor independente cujas alterações possibilitaram “torná-lo mais informativo e menos padronizado” (MATOS, 2017, p.14).

3. Aspectos Metodológicos

3.1 Delineamento da Pesquisa

“O delineamento de uma pesquisa representa o planejamento, com certo grau de detalhamento, daquilo que se pretende realizar. Trata-se do plano ou do esquema que o pesquisador pretende utilizar em seu trabalho [...]”. (APPOLINÁRIO, 2012, p.117).

Em relação aos procedimentos técnicos de coleta de dados, será realizado neste estudo uma pesquisa documental através da análise de conteúdo dos relatórios de auditoria entre as

vinte maiores empresas por valor de mercado nos índices Ibovespa, S&P500 e FTSE100, com base na data de 01/04/2021.

“A característica da pesquisa documental é tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ter sido feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 174).

Se tratando dos objetivos propostos, esta pesquisa classifica-se como descritiva, onde de acordo com Lozada (2018), tem por objetivo reunir e analisar um grande número de informações sobre o assunto estudado, geralmente utilizada nos casos em que o pesquisador quer estudar características de um grupo específico.

A pesquisa terá uma abordagem qualitativa, onde através de sua natureza, pode ser delineada pelo autor a partir da análise de conteúdo e documentos.

Appolinário (2012), declara que a pesquisa qualitativa não busca a generalização, mas a compreensão de um fenômeno por meio da análise dos dados coletados.

Sendo assim, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto, levando em consideração as colocações dos autores.

3.2 Procedimentos de Coleta e Análise dos Dados

A coleta de dados é o processo de captura de informações para compor o estudo, e esses dados são utilizados como base para justificar ou não os objetivos da pesquisa. (LOZADA, 2018).

No presente estudo foram coletados os dados das vinte maiores companhias em valor de mercado listadas nas bolsas B3, NYSE e LSE no ano de 2020. Os documentos a serem analisados consistem em Demonstrações Financeiras Padronizadas, às quais incluem as demonstrações contábeis e o relatório do auditor independente.

A classificação e o tratamento dos dados colhidos ocorrerão através de planilhas do Microsoft Excel, primeiramente relacionando as empresas com a sua respectiva firma de auditoria independente, o exercício social a que se refere e os respectivos PAA's

“Uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é sua análise e interpretação, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa.” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 182).

A análise descritiva de material consistirá em analisar o conteúdo dos PAA's, e através do tratamento e análise dos dados coletados, buscar-se-á a conclusão, de quais os principais riscos inerentes ao investimento nessas companhias de acordo com o conteúdo dos PAA's.

4. Análise dos Dados

Nesta seção encontram-se os dados obtidos pelo desenvolvimento do estudo.

No primeiro item serão apresentados dados de mercado das empresas que foram utilizadas para o estudo, com um aspecto geral das companhias listadas como valor de mercado e relevância dentro de cada um de seus mercados bem como os critérios de escolha das companhias. Será abordado também as firmas de auditoria que realizaram as respectivas auditorias, observando os comportamentos e relevância no mercado dessas firmas. Será feito também uma organização de PAA separado por países e um comparativo observando os comportamentos.

4.1 Apresentação de Mercado

A apresentação de mercado corresponde aos critérios utilizados para este estudo e como foram escolhidas as companhias a serem posteriormente analisadas. Foram utilizadas 60

empresas de 3 diferentes países, 20 de cada um, sendo eles Brasil, Inglaterra e Estados Unidos, com as companhias que compõe os principais índices de ações de cada país, Ibovespa, FTSE100 e S&P500 respectivamente. A data base utilizada para levantar o valor de mercado das companhias foi o dia 01/04/2021, conforme seguem as tabelas abaixo.

Tabela 1 – Índice Ibovespa – Brasil

Ibovespa - Brasil		
Empresa	Market cap (em milhões R\$)	Data base
Vale	496.680	01/04/2021
Petrobras	305.600	01/04/2021
Santander	297.690	01/04/2021
Itau Unibanco	255.380	01/04/2021
BTG Pactual	252.820	01/04/2021
Ambev	240.740	01/04/2021
Bradesco	211.640	01/04/2021
WEG	153.600	01/04/2021
Magazine Luiza	153.310	01/04/2021
B3	109.840	01/04/2021
Suzano	98.290	01/04/2021
Itausa	88.350	01/04/2021
Banco do Brasil	85.000	01/04/2021
Energisa	81.310	01/04/2021
Telefonica Brasil	76.890	01/04/2021
JBS	69.640	01/04/2021
Natura	69.020	01/04/2021
Hapvida	57.510	01/04/2021
Eletrobras	51.710	01/04/2021
Intermédica	51.670	01/04/2021

Fonte: elaborado pelo autor

Na tabela 1 constam as 20 maiores empresas do índice Ibovespa, do Brasil. Estão classificadas pelo critério de valor de mercado, pela data base constada na tabela. Juntas, essas empresas representam aproximadamente 60% do peso do índice. São empresas dos mais diversos setores, porém com relevância no setor bancário/financeiro, contendo 7 empresas do total. Pode-se destacar também as empresas de commodities, com a participação de Vale, Petrobrás, Suzano e JBS, que são muito importantes para a economia brasileira. Em se tratando dos Principais Assuntos de Auditoria, o índice Ibovespa carrega cerca de 35% do total dos PAA deste estudo.

Tabela 2 – Índice FTSE100 – Inglaterra
London Stock Exchange - Inglaterra

Empresa	Market cap (em bilhões £)	Data base
Samsung Electronics DRC	240,45	01/04/2021
Royal Dutch Shell	107.41	01/04/2021
BHP Group	107.29	01/04/2021
Unilever	105.69	01/04/2021
AstraZeneca	94.15	01/04/2021
Rio Tinto PLC	88.72	01/04/2021
HSBC	86.43	01/04/2021
Diageo	70.36	01/04/2021
Glaxo SmithKline	64.28	01/04/2021
British American Tobacco	62.31	01/04/2021
BP	58.97	01/04/2021
Reckitt Benckiser	46.33	01/04/2021
Prudential	40,58	01/04/2021
London Stock Exchange	39.98	01/04/2021
Anglo American	39.51	01/04/2021
Glencore	38.06	01/04/2021
Vodafone Group PLC	37.72	01/04/2021
RELX PLC	35.46	01/04/2021
Barclays Plc	31.69	01/04/2021
National Grid	30.65	01/04/2021

Fonte: elaborado pelo autor

Na tabela 2 constam as 20 maiores empresas do índice FTSE100, que contém as 100 maiores empresas da bolsa de valores de Londres. Como na tabela anterior, estão organizadas pelo seu valor de mercado com a data base indicada acima. São as empresas mais importantes do país segundo o seu valor de mercado e tem um peso importante na economia da Inglaterra. Os valores de mercado indicado acima estão descritos na moeda local (libra esterlina). Em relação aos Principais Assuntos de Auditoria, o índice FTSE100 carrega cerca de 50% do total dos PAA deste estudo.

Tabela 3 – Índice S&P500 – Estados Unidos
New York Stock Exchange - Estados Unidos

Empresa	Market cap (em bilhões \$)	Data base
Apple	2065,00	01/04/2021
Microsoft	1828,00	01/04/2021
Amazon	1592,00	01/04/2021
Alphabet	1438,00	01/04/2021
Facebook	850.49	01/04/2021
Tesla	635.18	01/04/2021
Berkshire Hathaway	594.45	01/04/2021
Visa	478.14	01/04/2021
J P Morgan	469.05	01/04/2021
Johnson and Johnson	428.68	01/04/2021
Wal-Mart	382.05	01/04/2021
Mastercard	360.89	01/04/2021
United Health	347,00	01/04/2021
Walt Disney	343.03	01/04/2021
Nvidia	342.53	01/04/2021
Bank of America	340.69	01/04/2021
Home Depot	331.47	01/04/2021
Procter and Gamble	330.66	01/04/2021
Paypal	289.91	01/04/2021
Intel	262.87	01/04/2021

Fonte: elaborado pelo autor

Na tabela 3 estão as 20 maiores empresas por valor de mercado que compõem o índice S&P 500, que carrega as 500 maiores empresas dos Estados Unidos. São empresas que compõem as duas maiores bolsas de valores do mundo, a New York Stock Exchange (NYSE) e a Nasdaq. Constituem essa lista empresas renomadas de tecnologia como Apple, Google, Facebook, e grandes e tradicionais empresas como Berkshire Hathway e Bank of America. Os valores de mercado indicados acima estão descritos em dólares dos Estados Unidos. Os Principais Assuntos de Auditoria representam cerca de 15% do total dos PAA deste estudo.

4.2 Firmas de Auditoria

Esta seção busca analisar a relevância das firmas de auditoria e a sua participação de mercado em relação a totalidade de empresas analisadas neste estudo, bem como de uma forma isolada por mercado de atuação.

Tabela 4 – Índice Ibovespa - Brasil

Índice Ibovespa - Brasil		
Firma de auditoria	Número de vezes	%
PricewaterhouseCooper	8	40,00%
KPMG	4	20,00%
Ernst & Young	4	20,00%
Deloitte	3	15,00%
Grant Thornton	1	5,00%
TOTAL	20	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Na tabela 4, temos as firmas de auditoria responsáveis pelos relatórios das 20 maiores empresas listadas no índice Ibovespa, na bolsa B3, do Brasil. Podemos analisar uma relevância na participação da firma PricewaterhouseCoopers, aparecendo em 8 empresas das 20 analisadas, ou seja, 40% do total das companhias analisadas neste estudo.

Tabela 5 – Índice FTSE100 - Inglaterra

Índice FTSE100 - Inglaterra		
Firma de auditoria	Número de vezes	%
PricewaterhouseCoopers	5	25,00%
KPMG	5	25,00%
Ernst & Young	5	25,00%
Deloitte	5	25,00%
TOTAL	20	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Na tabela 5, temos apresentadas as firmas de auditoria responsáveis pelas empresas do índice FTSE100, da bolsa de valores de Londres, na Inglaterra. Podemos observar uma maior uniformidade na distribuição das firmas de auditoria nas 20 maiores empresas analisadas. Todas as empresas tiveram uma participação igualitária de 25% para cada, com exceção da firma Grant Thornton, que não obteve participação naquele país.

Tabela 6 – Índice S&P500 – Estados Unidos

Índice S&P500 - Estados Unidos		
Firma de auditoria	Número de vezes	%
PricewaterhouseCoopers	8	40,00%
Ernst & Young	6	30,00%
Deloitte	4	20,00%
KPMG	2	10,00%
TOTAL	20	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Na tabela 6, estão apresentadas as firmas de auditoria responsáveis pelas 20 maiores empresas do índice S&P500, que reúne as 500 maiores empresas das bolsas norte americanas Nasdaq e New York Stock Exchange (NYSE), essas também as duas maiores bolsas de valores do mundo. Nos Estados Unidos, voltamos a observar a dominância da firma PricewaterhouseCoopers, liderando com 40% de participação no share, o que representa 8 companhias de um total de 20 analisadas neste estudo.

Tabela 7 – Total Geral

Total Geral		
Firma de auditoria	Número de vezes	%
PricewaterhouseCoopers	21	35,00%
KPMG	11	18,33%
Ernst & Young	15	25,00%
Deloitte	12	20,00%
Grant Thornton	1	1,67%
TOTAL	60	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Na tabela 7, é apresentado uma visão consolidada entre os três países analisados e as firmas de auditoria que foram responsáveis pelos trabalhos. Identifica-se a maior participação da firma PricewaterhouseCoopers, com um share de 35% do total das companhias, representando 21 trabalhos em 60 empresas. Ernst & Young e Deloitte vem logo na sequência com 25% e 20% respectivamente.

4.3 PAA por País

Esta seção buscar analisar os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) separados por país, obtendo indicadores como os que aparecem com maior frequência, seu devido percentual frente ao total e quais os tipos específicos de PAA.

Tabela 8 – Distribuição PAA - Brasil

PAA Brasil	Qtd	Freq
Provisões e contingências	15	21,43%
Impairment	13	18,57%
Ambiente de Tecnologia	8	11,43%
Combinação de Negócios	5	7,14%
Provisões Tributárias	4	5,71%
Créditos Tributários	3	4,29%
Ativos Fiscais Diferidos	2	2,86%
Benefícios a empregados	2	2,86%
Consideração específica ref ramo de atividade / Energia	2	2,86%
Demonstrações Contábeis	2	2,86%
Mensuração do Valor Justo	2	2,86%
Reconhecimento de Receitas	2	2,86%
Riscos Ambientais	2	2,86%
Cálculo da obrigação atuarial dos planos de pensão e saúde	1	1,43%
Consideração específica ref ramo de atividade / Mercado Financeiro	1	1,43%
Doações COVID-19	1	1,43%
Investimentos em Outras Empresas	1	1,43%
N/A	1	1,43%
Partes Relacionadas	1	1,43%
Processos Investigativos	1	1,43%
Provisões Financeiras	1	1,43%
Total	70	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Na tabela 8, apresentam-se as informações do índice Ibovespa, no Brasil. Observa-se que a pesquisa identificou um total de 70 Principais Assuntos de Auditoria dentre os 20 relatórios de auditoria, de todas as empresas analisadas neste estudo. Deste total de 70 PAA, identificou-se que 15 deles, ou seja, 21,43% foram categorizados como “provisões e contingências”, 13, ou 18,57% como “*impairment*”, e “ambiente de tecnologia” por 8 vezes, ou 11,43%. Estes três tiveram maior relevância e juntos carregam 51,43% dos PAA analisados neste estudo.

Tabela 9 – Distribuição PAA – Inglaterra

PAA Inglaterra	Qtd	Freq
Impairment	18	18,18%
Ambiente de Tecnologia	7	7,07%
Provisões e contingências	7	7,07%
Combinação de Negócios	6	6,06%
Riscos Ambientais	6	6,06%
Reconhecimento de Receitas	5	5,05%
Créditos Tributários	4	4,04%
Impacto COVID-19	4	4,04%
Provisões trabalhistas	4	4,04%
Tributos Correntes	4	4,04%
Goodwill - Impairment	3	3,03%
Instrumentos Financeiros	3	3,03%
Provisões tributárias	3	3,03%
Valuation em aquisição	3	3,03%
Benefícios a empregados	2	2,02%
Demonstrações Contábeis	2	2,02%
Investimentos em Outras Empresas	2	2,02%
Valuation Ativos Intangíveis	2	2,02%
Ativos Intangíveis	1	1,01%
Avaliação de passivos contingentes	1	1,01%
Consideração específica ref ramo de atividade / Seguros	1	1,01%
Contratos com governo	1	1,01%
Controles de Gestão	1	1,01%
Equivalência Patrimonial	1	1,01%
Forma de negociação	1	1,01%
Goodwill	1	1,01%
Impairment - Provisões	1	1,01%
Investigações	1	1,01%
Processo de Distribuição de Dividendos	1	1,01%
Provisões Financeiras	1	1,01%
Redução de vendas	1	1,01%
Seguros	1	1,01%
Total	99	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Na tabela 9, estão apresentados os dados do índice FTSE100, da Inglaterra. Este índice carrega a maioria dos Principais Assuntos de Auditoria deste estudo, com 99 PAA identificados no total. Observa-se que o existe uma dominância em um PAA específico entre as 20 maiores empresas deste índice, com 18,18% o “*impairment*” lidera as aparições entre os relatórios de auditoria, com 18 itens categorizados. Observa-se também uma boa distribuição para o restante dos PAA, que tem “ambiente de tecnologia” e “provisões e contingências” com o mesmo número de itens categorizados, 7 de 99, ou 7,07% do total.

Tabela 10 – Distribuição PAA – Estados Unidos

PAA Estados Unidos	Qtd	Freq
Provisões Financeiras	6	17,65%
Goodwill	4	11,76%
Provisões e contingências	4	11,76%
Tributos Correntes	4	11,76%
Instrumentos Financeiros	3	8,82%
Inventário	3	8,82%
Contingências legais	2	5,88%
Reconhecimento de Receitas	2	5,88%
Valuation Ativos Intangíveis	2	5,88%
Consideração específica ref ramo de atividade / Automotivo	1	2,94%
Consideração específica ref ramo de atividade / Saúde	1	2,94%
Demonstrações Contábeis	1	2,94%
Amortização	1	2,94%
Total	34	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Na tabela 10, apresentam-se as informações do índice S&P500, dos Estados Unidos, que reúne algumas das maiores empresas do mundo. No total, foram observados 34 Principais Assuntos de Auditoria no estudo realizado entre as 20 maiores empresas do índice. O destaque foram as “provisões financeiras”, que foram categorizadas 6 vezes, ou, 17,65% do total dos PAA do índice. Logo após, observa-se uma distribuição bastante competitiva. Os próximos três itens, ficaram com o mesmo número de categorizações, 4, representando cada um deles 11,76% do total, são eles: “goodwill”, “provisões e contingências” e “tributos correntes”.

4.4 Comparativo

Esta seção busca analisar a quantidade total de Principais Assuntos de Auditoria que foram identificados neste estudo, separados por índice e por país, e também quais foram os 10 Principais Assuntos de Auditoria mais relevantes deste estudo levando em consideração uma análise abrangente entre os três índices.

Tabela 11 - Comparativo PAA por índice/país

Comparativo PAA por índice/país	Qtd	Freq
FTSE100 - Inglaterra	99	48,77%
Ibovespa - Brasil	70	34,48%
S&P500 - Estados Unidos	34	16,75%
Total	203	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Na tabela 11, foram separadas as totalidades dos Principais Assuntos de Auditoria de cada índice, por país. Observa-se que a maior parte dos PAA foi encontrada nos relatórios de auditoria das empresas inglesas, componentes do índice FTSE100, reunindo 99 dos 203 PAA deste estudo, ou 48,77%. Em seguida, encontra-se o índice Ibovespa, do Brasil, com 70 PAA encontrados, ou, 34,48% do total. O índice SP&500, que reúne algumas das maiores empresas do mundo, aparece em terceiro lugar do nosso estudo com 16,75% dos PAA.

Tabela 12 - 10 PAA mais relevantes

Principal Assunto de Auditoria	Qtd	Freq
Impairment	31	15,27%
Provisões e contingências	26	12,81%
Ambiente de Tecnologia	15	7,39%
Combinação de Negócios	11	5,42%
Reconhecimento de Receitas	9	4,43%
Provisões Financeiras	8	3,94%
Riscos Ambientais	8	3,94%
Tributos Correntes	8	3,94%
Créditos Tributários	7	3,45%
Provisões Tributárias	7	3,45%
Total	203	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Na tabela 12, foram levados em consideração apenas os 10 PAA que mais apareceram dentre as 60 companhias analisadas neste estudo, pode-se observar que “impairment” é um tema bastante abordado pelos auditores com 15,27% do total, e que necessita de um estudo mais aprofundado para entender quais os pontos de maior atenção neste assunto. “Provisões e contingências” tem 12,81% do total dos PAA e é outro tema bastante importante e que merece atenção dos investidores, podendo ser inclusive explorado por estudos complementares.

5. Conclusão

A realização deste estudo teve por objetivo analisar todos os PAA’s das vinte maiores empresas por valor de mercado de três dos principais índices de ações do mundo, são eles: Ibovespa, FTSE100 e S&P500, representando o Brasil, Inglaterra e Estados Unidos respectivamente. O foco é mitigar o risco em investir nessas empresas de acordo com o relatório do auditor independente e os PAA’s por ele citado.

A base total de dados, foi levantada a partir da pesquisa individual do Relatório do Auditor Independente, foram encontrados 203 PAA que tiveram sua participação dividida em 48,77% no índice inglês FTSE100, 34,48% no índice brasileiro Ibovespa, e por fim o índice americano, S&P500 com 16,75%. Participação relevante dos PAA deste estudo ficaram com o índice da Inglaterra, quase com a metade do total dos PAA, 99. Com relação as firmas de auditoria responsáveis pelos trabalhos, constatou-se que as auditorias estão centralizadas nas maiores empresas do setor, que mantém um “*market share*” significativo quando se tratam das maiores companhias de cada índice: PricewaterhouseCoopers com 35,00% dos relatórios, Ernst & Young com 25,00%, Deloitte com 20,00%, KPMG com 18,33% e Grant Thornton com 1,67%.

No índice Ibovespa do Brasil, os PAA’s mais citados na análise dos auditores independentes foram “provisões e contingências” com 15 vezes ou 21,43% do total, e “impairment”, em 13 vezes, representando 18,57% do total. As firmas de auditoria que atuaram nas 20 maiores empresas do Ibovespa foram: PricewaterhouseCoopers com 40%, KPMG com 20%, Ernst & Young com 20%, Deloitte com 15% e Grant Thornton com 5%.

No índice FTSE100 da Inglaterra, os PAA’s de maior destaque foram “*impairment*” com 18 participações, ou 18,18%, “ambiente de tecnologia” com 7 participações, ou 7,07% e “provisões e contingências” com 7 participações e também 7,07% do total. As firmas de auditoria com maior participação dentre as 20 maiores do índice FTSE100 foram a PricewaterhouseCoopers, Ernst & Young, Deloitte e KPMG, todas elas com 5 empresas auditadas, ou 25% do total.

No índice S&P500 dos Estados Unidos, que reúne algumas das maiores empresas do mundo, os PAA’s de maior relevância dentre a análise foram “provisões financeiras”, com

17,65% de participação, ou 6 vezes, “goodwill”, “provisões e contingências” e “tributos correntes”, com 11,76% do total cada um deles, ou 4 PAA’s encontrados dentre as 20 empresas.

Os PAA foram inicialmente tabulados levando em consideração o país de origem da companhia e após sendo identificado o assunto, pela respectiva empresa. A descrição utilizada para cada PAA foi a mesma extraída do Relatório do Auditor Independente. Esse procedimento foi padrão nos três diferentes índices analisados neste estudo. Após esta primeira etapa de pesquisa e levantamento de todos os 203 PAA das 60 empresas, o autor classificou cada um dos PAA sob uma descrição, de acordo com o assunto tratado naquele determinado PAA.

Os PAA’s que apareceram mais vezes, após uma análise consolidada, foram os seguintes: “impairment” com 15,27% do total, ou 31 PAA’s, “provisões e contingências” com 12,81% do total, ou 26 PAA’s e “ambiente de tecnologia” com 7,39% do total, ou 15 Principais Assuntos de Auditoria. Evidencia-se que os investidores devem ficar mais atentos a estes assuntos segundo o Relatório do Auditor Independente, mitigando assim possíveis riscos relacionados aos assuntos acima descritos e evitando surpresas futuras.

Ressalta-se ainda a importância e a recomendação de estudos posteriores que estejam focados no conteúdo de cada um dos PAA’s que foram relevantes neste estudo, para que sejam mitigados ainda mais os riscos de acordo com as empresas e seus respectivos índices.

Referências

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 8. ed. São Paulo.

ANTUNES, Jeronimo; ALVES, Vivienne de Paula Rosa; ANTUNES, Guilherme Marinovic Brscan, 2006. Análise das Demonstrações Contábeis das Principais Companhias Aéreas Brasileiras: Fracassos e Sucessos Anunciados?

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência** - Filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114719/>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência** - Filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114719/>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

ATTIE, W. C. Auditoria: Conceitos e Aplicações. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARBOSA NETO, J. E. ; DIAS, W. de O.; PINHEIRO, L. E. T.a. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, out./dez. 2009.

CARVALHO, L. N; LEMES, S.; COSTA, F. M.. Contabilidade internacional: aplicação da IFRS 2005. São Paulo: Atlas, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) – Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 260 (R2) – Comunicação com os Responsáveis pela Governança.

Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>> Acesso em 22 de junho de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) – Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 570 – Continuidade Operacional. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>> Acesso em 22 de junho de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) – Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>> Acesso em 22 de junho de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Disponível em: <<https://cfc.org.br/>> Acesso em: 22 de junho de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 701 – Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>> Acesso em: 22 de junho de 2021.

FREIRE, M. D. M.; MACHADO, M. R. R.; MACHADO, L. S.; SOUZA, E. S.; OLIVEIRA, J. J. Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 6, n. 15, p. 3-22, 2012. INSTITUTO AMERICANO DE CONTADORES PÚBLICOS CERTIFICADOS, o que é ifrs?, 2014 Estados Unidos da América, Tradução livre. Disponível em: http://www.ifrs.com/updates/aicpa/ifrs_faq.html#q1.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). International Standard on Auditing (ISA) 701 (NEW), Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report. [S.l.]: IFAC, 2016. Disponível em: https://www.ifac.org/system/files/publications/files/ISA-701_2.pdf.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). International Standard on Auditing (ISA) 701 (NEW), Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report. [S.l.]: IFAC, 2016. Disponível em: https://www.ifac.org/system/files/publications/files/ISA-701_2.pdf.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRS), 2008.
LEMES, S.; SILVA, M. G. A experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 37- 58, julho/setembro 2007.

LOZADA, G. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Sagah Educação S.A., 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LOZADA, G. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Sagah Educação S.A., 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MADEIRA, G. J. S. Harmonização de Normas Contábeis: um estudo sobre a divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. *Revista Brasileira de Contabilidade*, jul./ago. 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas 2011, p. 174.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas 2011, p. 166.

MARION, José Carlos; IUDÍCIBUS, Sergio de. *Introdução à teoria da contabilidade*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATOS, T. M. P. O impacto de Key Audit Matters (KAM) na análise de demonstrações financeiras e na propensão a investir. 2017. 49 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Rio de Janeiro. 2017.

MOTA, Renato Henrique Gurgel; TAVARES, Adilson de Lima; MACHADO, Márcia Reis. XXXVI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD. Relatórios de auditoria independente: um estudo dos parágrafos de ênfase e de outros assuntos das empresas listadas na Bm & Fbovespa. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_CON2892.pdf> Acesso em: 22 jun. 2021.

NIYAMA, J. K. *Contabilidade internacional*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2008. 309p.

NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, J. M. Análise das demonstrações contábeis das companhias listadas na Bovespa: uma abordagem sobre os impactos decorrentes das modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/07. *Revista Brasileira de Contabilidade*, São Paulo, n. 25/38, p. 25, maio/jun. 2010.

OLIVEIRA, Alexandre Martins Silva de; [et al.]. *Contabilidade Internacional: Gestão de riscos, governança corporativa e contabilização de derivativos*. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Cleônimo dos. *Auditoria contábil*. São Paulo: IOB, 2012. São Paulo: Cengage Learning, 2007.